

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SOCIOBIODIVERSIDADE: CONTORNOS TEÓRICOS-CONCEITUAIS E DIRETRIZES METODOLÓGICAS DE UM PROJETO GUARDA-CHUVA

Ana Carolina de Oliveira Marques¹
Josy Dayanny Alves Souza²

Resumo: O ano de 2016 marca o início da execução do projeto guarda-chuva intitulado: “Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o Mundo do Cerrado³”. Sob a coordenação geral do professor Eguimar Felício Chaveiro, da Universidade Federal de Goiás, uma equipe de pesquisadores de diversas universidades brasileiras tem promovido eventos científicos, missões de pesquisa internacionais e trabalhos de campo, cujos resultados são divulgados por meio de artigos em periódicos, livro, relatórios de estágio pós-doutoral, anais de eventos, além de três teses de doutorado em construção. Este texto cumpre o propósito de divulgação científica das ações e resultados preliminares do projeto, sobretudo os avanços teóricos na definição do conceito de “sociobiodiversidade”. As entrevistas semiestruturadas com os coordenadores – geral e associados – e um dos estagiários de pós-doutorado, possibilitaram a construção de um mapa conceitual da sociobiodiversidade, acompanhado de diretrizes metodológicas apreendidas a partir das experiências de pesquisa mobilizadas no projeto.

Palavras-chave: Sociobiodiversidade; Território; Cerrado; Diretrizes Teórico-metodológicas.

Abstract: The year 2016 marks the beginning of the execution of the umbrella project - titled: "Territorial Development and socio-biodiversity: Perspectives for the World of Cerrado¹" (CAPES). Under the general coordination of Professor Eguimar Felício keychain, from Universidade Federal de Goiás, a team of researchers from several Brazilian universities has promoted scientific events, international research missions and fieldwork, Whose results are disclosed through articles in journals, post-doctoral internship reports, Annals of events, and three doctoral theses under construction. This text fulfills the purpose of scientific dissemination of the actions and preliminary results of this project, especially the advances in the definition of the theoretical contours of the concept "socio-biodiversity". The semi-structured interviews with the general and associates coordinators, and one of the post-doctoral trainees, enabled the construction of a conceptual map of socio-biodiversity, accompanied by methodological guidelines seized from the research experiences mobilized in this project.

Keywords: Socio-biodiversity; Territory; Cerrado; Theoretical-methodological guidelines.

¹ Docente da Universidade Estadual de Goiás/Campus Itapuranga. carol.geografia@hotmail.com.

² Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

³ Projeto aprovado no âmbito do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil – PGPSE/CAPES.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 17: 160-175, jan./jun. 2019 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

Segundo semestre do ano de 2014: levantamento de fontes bibliográficas, leituras minuciosas do edital, telefonemas, preenchimento de formulários, produção de textos, correções, reuniões *online*, elaboração de planilhas orçamentárias, cartas de anuência, troca de *e-mails* e mais telefonemas. Constituiu-se uma rede de pesquisadores brasileiros para a participação no edital 42/2014 do Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil, cujo objetivo era “possibilitar o desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas e a formação de recursos humanos pós-graduados na área de Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil” (PGPSE – CAPES, 2014).

Apesar das parcerias entre tais pesquisadores datarem de antes do lançamento do edital, aquela era uma oportunidade de canalizar esforços, recursos, temas e espaços de discussão para se pensar conjuntamente, a partir da geografia, o Cerrado. O olhar geográfico para o Cerrado ocupou, pois, a centralidade da proposta apresentada pelos pesquisadores, intitulada: “Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o Mundo do Cerrado”.

Da submissão à execução, passaram-se 2 anos. Em 2016, a equipe retomou a proposta e desde então desenvolve o projeto de pesquisa guarda-chuva, ao qual estão vinculadas teses de doutorado, estágios pós-doutoral, projetos de pesquisa e extensão, além de eventos itinerantes (Circuitos da Sociobiodiversidade) e missões científicas.

Compõem o núcleo diretivo do projeto pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Federal do Tocantins e da Universidade Federal de Uberlândia. Entretanto, pesquisadores de outras IES se somaram à equipe, a exemplo das: Universidade Estadual de Goiás (Campus Itapuranga, Iporá, Pires do Rio e Cora Coralina), Instituto Federal Goiano (Rio Verde), Universidade Federal da Paraíba, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco, Instituto Federal de Goiás (Anápolis), Instituto Federal de Brasília, Universidade Estadual Paulista (Presidente Prudente).

A coordenação geral é exercida pelo professor Eguimar Felício Chaveiro (UFG), seguido dos coordenadores associados: professor Adão Francisco de Oliveira (UFT) e professor Rosselvelt José dos Santos (UFU). O total de 5 bolsas, 3 na modalidade doutorado e 2 na modalidade pós-doutorado, foram implementadas por meio do projeto. Destas, apenas 1 bolsa na modalidade pós-doutorado encontra-se finalizada.

No referencial teórico do projeto, propõe-se como instrumentos de mediação na leitura do Cerrado os conceitos de território e sociobiodiversidade. Do primeiro, há uma vasta produção científica na Geografia. Daí a proposta de dar ênfase, neste texto, ao conceito da sociobiodiversidade, como este vem sendo compreendido e operacionalizado ao longo dos 2,5 anos de realização da pesquisa.

Este exercício de divulgação científica demandou às autoras a releitura do edital 42/2014 da PGPSE/CAPES, do projeto de pesquisa guarda-chuva, a realização de entrevistas junto aos coordenadores e o primeiro estagiário de pós-doutorado, a análise dos depoimentos colhidos, a construção de um mapa

conceitual da sociobiodiversidade e a escrita do texto final, estruturado em duas partes.

Na primeira, apresenta-se a concepção e o histórico do projeto, especificamente a cronologia e a natureza dos eventos e missões científicas. Destinou-se a segunda parte às entrevistas – narrativas e interpretações –, finalizando-a com o exercício de síntese (mapa conceitual) daquilo que nos parece os avanços teórico-conceituais e as diretrizes metodológicas do projeto. Pretendemos, com este artigo, contribuir para a valorização da pesquisa científica, em especial a pesquisa geográfica, suporte para a compreensão e intervenção política nos territórios.

PARTE I – CONCEPÇÃO E HISTÓRICO DO PROJETO

Com duração prevista até 2021, o projeto está inserido nas seguintes áreas temáticas e linhas de pesquisa discriminadas no edital (PGPSE/CAPES, 2014):

- Economia Política do Desenvolvimento e a nova divisão internacional do trabalho: transformações, crise, dilemas e opções de reordenamento da economia mundial;
- Padrões, alternativas e estratégias contemporâneas de desenvolvimento: a construção de um novo modelo pós- crise;
- Estado, sociedade e desenvolvimento;
- Dinâmica econômica, distribuição e desenvolvimento social;
- A questão ambiental e o desenvolvimento sustentável: recursos naturais - alimentos, água, biodiversidade e energia.

O imperativo do desenvolvimento perpassa todas as linhas de pesquisa. É justamente os sentidos desse desenvolvimento a preocupação latente no projeto guarda-chuva:

O território do Cerrado encontra-se atualmente no centro de uma disputa de sentido, de uso e de filiações simbólicas, econômicas e políticas. Nesse movimento, um paradoxo poder-se-ia ser vislumbrado: a palavra Cerrado – e o sentido que se dá a ela - se enriquece exatamente na situação em que o Bioma perde mais espécies de sua população vegetal, ou que os seus mananciais e córregos compõem cada vez mais territórios de rios secos, assim como modos de vida tradicionais são comprometidos. A contraposição exige crítica acurada com base em informações que exponham os conflitos, por exemplo, entre os beneficiados da atual exploração do Cerrado e os que perdem o seu lugar, as suas tradições e a capacidade de reproduzir a sua vida com dignidade; as transformações socioespaciais e a resistência de conhecimentos tradicionais seculares que dão sentido a noção de sociobiodiversidade. Reside aqui o desafio desta proposta, calcada na abordagem territorial do Cerrado enquanto metodologia de análise das implicações do modelo de desenvolvimento territorial

em curso no Brasil, na sociobiodiversidade do Cerrado. (EDITAL PGPSE nº 42/2014 – Projeto Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado)

Pelas “cicatrizes territoriais” imprimidas por este modelo de desenvolvimento, sobretudo o desmatamento do Cerrado, os pesquisadores estabelecem a ponte entre o conceito de território e o de sociobiodiversidade, cuja definição emprestam dos autores mencionados abaixo:

Os níveis de desmatamento no “auge” da abertura do Cerrado – 40.000 km² por ano entre 1970 e 1975 (SILVA, 2009 p. 96) – às transformações de ordem capitalista enunciam as alterações paisagística e social acarretadas por esse modelo. Em síntese, compromete-se a sociobiodiversidade, entendida por Gregori e Gregori (2011, p. 2) no contexto da “extensão da variedade biológica que converte-se [numa relação dialética], por diferentes processos, não só em diversidade cultural, como também em distintas formas de uso, apropriação e exploração do território [...] decorrente da interação sociedade/meio-ambiente”. (EDITAL PGPSE nº 42/2014 – Projeto Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado).

Vê-se que o conceito de Sociobiodiversidade é povoado pela noção da diversidade: biológica, cultural, de usos e sentidos do território. Essa multiplicidade justifica o uso do termo “Mundo do Cerrado”, presente no título da proposta, cujo objetivo não deixa dúvidas: “Interpretar a sociobiodiversidade no ‘mundo’ do Cerrado diante do atual modelo de desenvolvimento territorial no sentido de averiguar modos de usos, impactos e alternativas consoantes a esse território” (EDITAL PGPSE nº 42/2014 – Projeto Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado).

As ações do projeto vão de encontro à compreensão do Cerrado como território(s) em disputa, material e simbólica. A natureza itinerante dos eventos e missões científicas promovidas pela equipe, nas quais procurou-se ouvir diferentes vozes de sujeitos guardiões e guardiãs da sociobiodiversidade do Cerrado, possibilitou o contato dos pesquisadores com situações geográficas ímpares.

O primeiro encontro da equipe ocorreu na cidade de Catalão – GO, em agosto de 2016. Ali ainda não se tinha vislumbrado a possibilidade do evento itinerante **Circuito da Sociobiodiversidade** como a “assinatura” do projeto, por isso a ausência de material de divulgação. A partir do segundo encontro ampliado, em novembro do mesmo ano, as reuniões do projeto expandiram-se para eventos científicos de abrangência nacional e/ou internacional. Seguem os respectivos cartazes de divulgação:



Figura 1 - Cartaz do 2º Circuito da Sociobiodiversidade
Fonte: Arquivo do projeto, 2016.



Figura 2 - Cartaz do III Circuito da Sociobiodiversidade
Fonte: Arquivo do projeto, 2017.



Figura 3 - Cartaz do IV Circuito da Sociobiodiversidade

Fonte: Arquivo do projeto, 2017.



Figura 4 - Cartaz do V Circuito da Sociobiodiversidade

Fonte: Arquivo do projeto, 2019.

Os eventos ilustram o percurso tomado pela pesquisa/pesquisadores. No 2º Circuito da Sociobiodiversidade, sediado na Universidade Estadual de Goiás -

Campus Itapuranga (GO), tateou-se os conceitos-chave da pesquisa em fase inicial: sociobiodiversidade, ambiente, desenvolvimento e território.

À época, a conjuntura política e econômica impôs a sessão “Fora de Pauta” para discutir a ação do professor frente ao avanço do pensamento fascista, no ano do acontecimento que marcou a história recente do Brasil: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (2016). Mas o que isso ameaça o Cerrado e a sociobiodiversidade?

A intolerância e a negação do outro que se acentuava no Brasil, lida por alguns como manifestação de um inconsciente habitado pelas relações de opressão da escravidão (SOUZA, 2019), preocupava os pesquisadores que reclamavam o direito à diferença como sustentáculo da justiça social. A ação do professor de Geografia neste contexto foi problematizada pelo geógrafo Douglas Santos, convidado externo.

Para a exposição dos elementos físico-naturais do Cerrado e do saber popular que a eles confere distintos usos e significados, a comissão organizadora do evento convidou também o antropólogo e doutor em arqueologia, Altair Sales Barbosa.

No 3º Circuito da Sociobiodiversidade, realizado na cidade de Porto Nacional (TO), esteve em questão a fronteira Cerrado-Amazônia e o planejamento territorial. O evento aconteceu consorciado com um seminário internacional e o encontro de pesquisadores de outro projeto, também financiado pela CAPES, vetor de pesquisas na Amazônia brasileira. Figuras como Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP) e Carlos Antônio Brandão (IPPUR/UFRJ) estiveram entre os convidados externos e expositores no evento.

O 4º Circuito da Sociobiodiversidade retornou à UEG, desta vez no Campus Pires do Rio (GO). Inaugurou-se ali um outro formato de evento, intercalando atividades acadêmicas-expositivas com trabalhos de campo. O primeiro deles aconteceu no frigorífico de aves da “Friato Alimentos”, no qual os participantes do evento adentraram as dependências do frigorífico, conversaram com os trabalhadores, fotografaram e compartilharam suas impressões no final da atividade. A situação dos trabalhadores e a geopolítica brasileira foram os temas destaque do evento.

O desejo coletivo de extrapolar os muros da Universidade e fazer-se presente nos territórios tornou-se potente ao ponto de realizar o 5º Circuito no território indígena Karajá, na cidade de Aruanã (GO). Conferiu-se *in loco* a situação conflitiva dos indígenas em aldeias – Buridina e Aricá – entranhadas na rede espacial e simbólica da cidade (capitalista). Além dos campos, houve momentos de exposição e debate teórico no auditório da Câmara de Vereadores do município, graças à parceria intermediada por profissionais da Superintendência de Vigilância em Saúde (SUVISA-GO). Vale destacar um desses momentos de discussão, no qual estiveram presentes profissionais da saúde que atendem a população indígena, cujos depoimentos apresentaram com requinte de detalhes alguns dos dramas desses sujeitos.

O próximo Circuito da Sociobiodiversidade está previsto para o segundo semestre de 2019, em Pirapora (MG). Os assentamentos rurais, as unidades de conservação e os conhecimentos tradicionais estarão no centro do debate e das vivências.

Além dos eventos, duas missões científicas internacionais compõem o rol de atividades realizadas no âmbito do projeto: Cuba (fevereiro de 2018) e

Moçambique (outubro de 2018). Ambas tinham como propósito a divulgação científica dos resultados preliminares do projeto e a ampliação da rede de pesquisa em contexto internacional.

A Universidade de Granma (Bayamo-CU), a Universidade Pedagógica (UP-MZ) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM-MZ) foram as instituições que oficialmente receberam a equipe de pesquisadores brasileiros. As missões consistiam em eventos científicos, trabalhos de campo, oferta de minicursos e reuniões de balanço e planejamento das ações do projeto. Ao final de cada uma, foram constituídas comissões responsáveis pela consolidação das novas parcerias via outros editais, a elaboração de um arquivo fotográfico e a organização de publicações (livro, revistas, anais).



Figura 5 – Missão científica em Cuba, fevereiro de 2018.
Fonte: arquivo do projeto, 2018.



Figura 6 – Missão científica em Moçambique, outubro de 2018.
Fonte: arquivo do projeto, 2018.

Ambas as missões trouxeram novidades acerca dos contornos da sociobiodiversidade e das táticas de luta e resistência do campesinato, ainda que em condições distintas das brasileiras. Os diferentes graus com que essas experiências afetaram o esquema teórico-conceitual dos pesquisadores do projeto são o assunto do próximo tópico.

PARTE II - CONTORNOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

O conceito de sociobiodiversidade tem sido operacionalizado por pesquisadores que atuam em diferentes contextos e métodos de pesquisa.

O coordenador geral, Eguimar Chaveiro, tem suas pesquisas vertidas ao território dos povos indígenas Karajá (Aruaná-GO). Utiliza-se da “abordagem contextual” ou “contexto espacial”, conforme as proposituras de Vincent Berdoulay (2003), ajustadas à “abordagem territorial”, metodologia desenvolvida por inúmeros pesquisadores goianos e tocantinenses: Manoel Calaça, Denis Castilho, Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira, Marcelo Rodrigues Mendonça, Maria Geralda de Almeida, Romualdo Pessoa Campos Filho, Elizeu Ribeiro Lira, Ana Carolina de Oliveira Marques, Rosselvelt José Santos. Em entrevista, Eguimar (2019) admitiu que “por essa via vimos as tensões e as negociações culturais; os conflitos implicados externamente na vida interna; as relações de poder e o domínio da natureza; o lugar dos atores; a relação entre Estado, capitalistas e a terra; a relação entre espaço e existência”.

Adão Francisco de Oliveira (UFT), coordenador associado, destacou que seus estudos têm focado “a atualidade da fronteira no século XXI e seus contornos territoriais”, com vistas a identificar os elementos econômicos, políticos e sociais que a caracterizam neste começo de século XXI. O espaço por excelência de enfoque da pesquisa é o Centro-Norte-Amazônico, onde os conflitos territoriais continuam se reproduzindo pelo não reconhecimento da alteridade dos que estão além da linha fronteira ou nas margens das regiões por onde ela já cruzou. A pesquisa intenciona analisar os efeitos das políticas públicas de desenvolvimento regional frente ao contexto de diversidade que caracteriza a fronteira brasileira e identificar os matizes do processo de urbanização que tornam a região amazônica a que mais cresce demograficamente de forma proporcional nas últimas décadas no Brasil. Para tanto, fundamenta-se as pesquisas no método histórico, sobre o qual procede à análise dialética, tendo como amparo pensadores como Becker (1974; 1979; 1980; 1984; 2015); Santos (2007; 2008a; 2008b; 2008c) e Oliveira, Chaveiro e Oliveira (2009), Castilho e Chaveiro (2010) e Chaveiro (2017).

As pesquisas de mais um coordenador associado do projeto, Rosselvelt José dos Santos, abrangem, segundo seus depoimentos, quatro comunidades tradicionais: Gerais do Calixto, Santa Helena, Lança 1 e Lança 2, localizadas no município de Buritizeiro, na Mesorregião Norte de Minas Gerais em Reserva Extrativista (RESEX) em processo de implantação. O pesquisador as denomina de comunidades tradicionais rurais, produtoras de alimentos e artesanatos. Além destas comunidades, a equipe do professor atua em um quilombo na região do Triângulo Mineiro (MG).

O pesquisador Lucas Barbosa e Souza (UFT) narrou que sua entrada no projeto ocorreu por meio do pós-doutorado. A princípio, o foco de sua pesquisa era uma comunidade quilombola, próximo a Porto Nacional (TO), no município de

Santa Rosa do Tocantins. Na perspectiva de ampliar a pesquisa e abranger outros povos tradicionais, comunidades camponesas, assentados, a pesquisa abriu-se para as mudanças ambientais que têm acontecido no Cerrado, sobretudo aquelas diretamente ligadas ao agronegócio. Sua preocupação passou a ser como estas mudanças têm interferido nas relações que esses grupos mantêm com os diferentes ambientes, o que isso implica na vida cotidiana, na produção, na alimentação, no bem-estar, na moradia.

Os quatro pesquisadores foram questionados, em seguida, a respeito dos contornos teóricos do conceito de sociobiodiversidade, haja vista a precária definição deste conceito no campo da Geografia.

O pesquisador Eguimar Felício Chaveiro (UFG) explicou que o conceito de sociobiodiversidade decorre do conceito de biodiversidade, este, por sua vez, é um produto histórico-científico do que, de maneira geral, pode-se chamar “ambientalismo”, associado ao que se denomina “paradigma da diferença”. Podemos situar o conceito/tema no pós-guerra a partir da ascensão dos EUA e os movimentos sociais da juventude nos 1960, refazendo a pauta da luta social com crítica ao capitalismo e com crítica ao socialismo burocrático da URSS. A ideologia se estendeu às identidades; as identidades reivindicaram o seu lugar no mundo. Direitos e ideologias comungaram e se debelaram.

Na proposição desse conceito há que se registrar o tom crítico em forma de alerta: o modelo hegemônico de economia devastadora direcionada à exportação e ao regime financeirizado, baseada no apoio científico-tecnológico, é responsável por uma profunda erosão genética. A agricultura química, financeirizada e devastadora centra suas atividades em pouquíssimos produtos, restringindo a diversidade genética e, em paralelo, gerando efeitos deletérios na água, no solo, no relevo, na atmosfera:

Esse mesmo processo atinge modos de vida e as culturas de povos indígenas, quilombolas, camponeses. O conceito SOCIOBIODIVERSIDADE, posto assim, mostra que há uma predação ontológica no ser-de-vida; causa uma sangria no VIVENTE, fraciona os povos e a sua relação cultural consigo mesmo e com a natureza. Há que se pensar o conceito CULTURA ECOLÓGICA, trabalhado por Maria Geralda de Almeida; monocultura da mente de Vandana Shiva; Le Vivant de Catherine Aubertin, Florence Pinton e Geoffroy Filoche.; ecologia dos saberes de Boaventura de Sousa Santos; ecologia política em Paul E. Little e Enrique Leff. Registra-se as leituras dos geógrafos brasileiros do ambiente e do espaço agrário feitas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Douglas Santos, Carlos Walter Porto Gonçalves e Rossevelt José dos Santos. Embora as perspectivas desses geógrafos sejam diferentes, todos tratam de maneira crítica a matéria em questão (Pesquisador Eguimar Felício Chaveiro, 2019 – Universidade Federal de Goiás – grifo nosso).

Sobre o conceito de Sociobiodiversidade, Adão Oliveira explicou que se trata de um termo cunhado entre os anos de 2007 e 2009 a partir do esforço interinstitucional dos ministérios brasileiros do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, em associação com organizações da sociedade civil e da academia brasileiras. O termo designa a produção e os serviços realizados pelos chamados “povos e comunidades tradicionais” no

Estudos Geográficos, Rio Claro, 17: 160-175, jan./jun. 2019 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

contexto da biodiversidade (MDA, MMA e MDA, 2009). O pesquisador complementa que:

A base para a constituição desse conceito foi a luta de organizações da sociedade civil ambientais e por direitos étnicos ao longo de pouco mais de duas décadas (1985-2007), visando ao reconhecimento social e, por decorrência, por direitos dos povos viventes no contexto da biodiversidade, situados fundamentalmente (mas não exclusivamente), no Centro-Norte-Amazônico (biomas Cerrado e Amazônico). A culminância desse processo, mediado por pesquisadores e acadêmicos das Ciências Humanas e Ambientais - DIEGUES, 1999; DIEGUES, 2005; DIEGUES 2008; LITTLE, 2004; BARRETO FILHO, 2006 - se deu com a instituição do Decreto N. 6.040, da Presidência da República Federativa Brasileira, de 07 de fevereiro de 2007, criando a *Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais* (Pesquisador Adão Francisco de Oliveira, 2019 - Universidade Federal do Tocantins – grifo nosso).

Se, por um lado, esse decreto reconhece e identifica os povos e as comunidades tradicionais brasileiros, fundamentando a garantia jurídica de sua territorialidade, por outro esses estudos avançaram no sentido de orientar o reconhecimento do saber tradicional e a sua relação com biodiversidade, baseada no manejo sustentável dos recursos naturais (DIEGUES, 2005), o que é fundamental para a reprodução dos biomas onde essas comunidades e povos se inserem. Assim, lógica produtiva predominante no contexto da sociobiodiversidade é:

a da relação profunda com a natureza; da racionalidade econômico-produtiva baseada na unidade familiar doméstica ou comunal, nas relações de parentesco ou no compadrio; na relação com o território e com a territorialidade por várias gerações; e nas inter-relações com os outros grupos da região e autoidentificação (CRUZ, 2012).

Ante a projeção de um decreto legal e a lógica produtiva, os diálogos sinalizam processo de construção do conceito de sociobiodiversidade.

Para Lucas Barbosa, há importantes desafios a serem enfrentados no que se refere ao tratamento teórico do conceito de sociobiodiversidade no âmbito das pesquisas do projeto:

a gente tem trabalhado com o conceito do DIEGUES (2005), quem vem tentar juntar a ideia de sociodiversidade com biodiversidade. Uma coisa que eu acho que fica de fora a princípio é a ideia de geodiversidade, que tem aparecido e bastante, principalmente nos trabalhos de geomorfologia. Na verdade, geodiversidade começa a ser usado primeiro pelos geólogos, com uma conotação mais estrita para designar a diversidade de litologias. Posteriormente, o pessoal da geomorfologia trabalhando com patrimônio, geoconservação, geoparques, tem utilizado o termo geodiversidade para designar uma coisa um pouco mais ampla que é a diversidade de paisagens, a diversidade de ambientes, mas, claro, no caso deles com enfoque

muito no meio físico, nos componentes abióticos dessa paisagem ou ambiente, então, acho que como a gente fala do ponto de vista da geografia não é só a sociodiversidade ou só a biodiversidade, mas a geodiversidade também implica muito para nós. (Pesquisador Lucas Barbosa e Souza, 2019 - Universidade Federal do Tocantins).

Lucas alertou para a ausência de unidade na análise geográfica da sociobiodiversidade, percebido por ele como o desafio fundamental. Segundo ele, a equipe deve buscar um alinhamento do ponto de vista teórico, visto que as pesquisas abrangem temáticas bastante dispersas, dado também aos diferentes interesses e formações de cada pesquisador:

O que eu tenho percebido nos eventos, nas discussões desse grupo é que a gente tem tratado muito mais da diversidade de relações dos diferentes sujeitos do Cerrado com o ambiente, com a paisagem, com o espaço, e essa diversidade de relações ela só é possível porque a gente tem um ambiente também muito diverso, geodiverso, biodiverso... então eu acho que talvez a gente precisasse cunhar um conceito que consiga abarcar a partir dessa ideia de relação todas essas diversidades, não só do ponto de vista social, biológico ou geomorfológico, mas também tentando unir todas elas. Eu acho que esse é um desafio que a gente tem e que de certo modo vocês estão tentando enfrentar neste texto que irão escrever agora (Pesquisador Lucas Barbosa e Souza, 2019 - Universidade Federal do Tocantins).

Nas entrelinhas, a fala do pesquisador veicula uma crítica à extrema fragmentação e especialização do saber geográfico, reclamando uma abordagem integradora dos elementos físico-naturais, sociopolíticos e culturais. Nessa busca por transpor as fronteiras das especializações, Lucas Souza se aproxima da Geografia Física Crítica, que segundo ele:

ainda avançou pouco aqui no Brasil, mas é uma corrente do pessoal da geografia física que está preocupado em dá uma outra conotação para os trabalhos, um outro sentido para os trabalhos, portanto, tornando os trabalhos mais úteis para esses povos que sofrem as injustiças, as contradições, etc. Então eles têm chamado de Geografia Física Crítica, o que eu tenho procurado fazer talvez esteja alinhado mais ou menos com essa ideia, que a partir das ferramentas da geografia física, no meu caso, especialmente da Climatologia, tentar entender essas mudanças que o Cerrado vem passando e como que isso implica nessas relações desses sujeitos, massacrados por tudo isso. Como que essas relações tem se adaptado, se ajustado a essas condições impostas do ponto de vista ambiental (Pesquisador Lucas Barbosa e Souza, 2019 - Universidade Federal do Tocantins).

Se os aspectos físico-naturais ocupam a centralidade nas pesquisas de Lucas Souza, para o pesquisador Rosselvelt José dos Santos, a subjetividade e os modos de vida que semeiam e fazem circular os saberes tradicionais são centrais na definição da sociobiodiversidade:

A ideia central no processo de conceituação da sociobiodiversidade é falar com os modos de vida, agregando os valores humanos sociais, culturais, econômicos e éticos da diversidade biológica do Cerrado com a riqueza dos saberes e fazeres das suas gentes a partir de diferentes lugares. (Pesquisador Rosselvelt José dos Santos, 2019 - Universidade Federal de Uberlândia).

Os modos de vida são, por outro lado, pontes conceituais para o tema dos direitos humanos. Segundo Rosselvelt, a grande contribuição dos eventos (Circuitos da Sociobiodiversidade) se dá no campo das “proposições metodológicas, das abordagens dos sujeitos e discussões que tratam sobre os Direitos Humanos dos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e sobre as relações de trabalho”.

O pesquisador dá ênfase à metodologia do trabalho de campo, pelo qual, segundo ele “percebemos o quanto é fundamental os vínculos territoriais para os povos tradicionais. Trata-se de processos complexos de fixação, pertencimento com o lugar, revelando os fundamentos das suas existências e luta pelo território em que vivem”.

Das narrativas – escritas e orais – dos pesquisadores entrevistados, resultou um mapa conceitual da sociobiodiversidade. Procurou-se representar esquematicamente o contexto histórico e social sobre o qual o conceito emergiu, também os agentes/organizações e os conceitos/noções correlatas acionadas nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto.

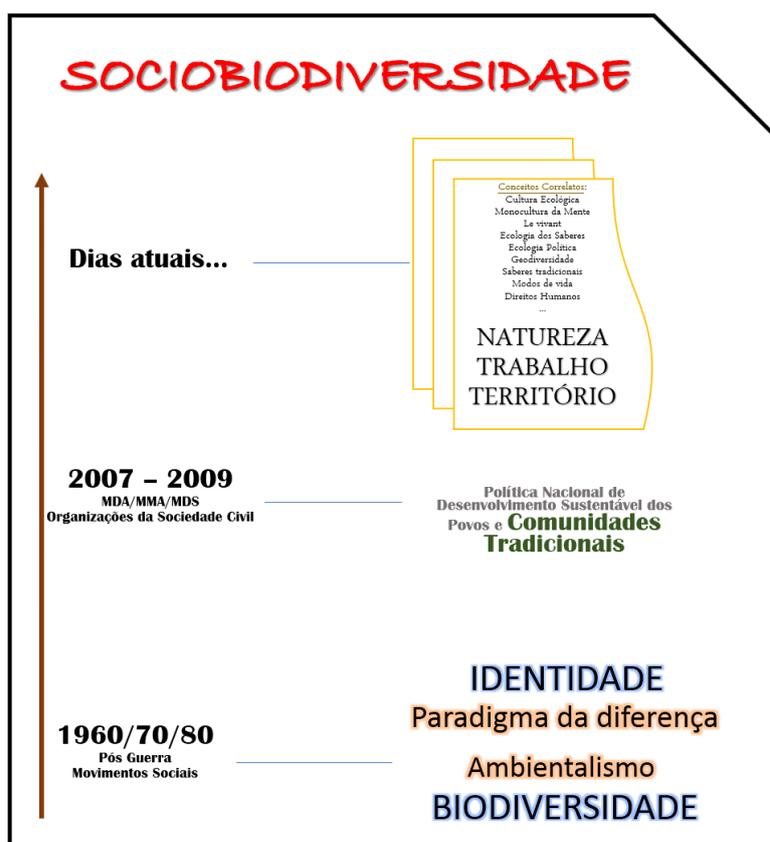


Figura 7 – Mapa conceitual da Sociobiodiversidade.

Elaboração: MARQUES, A. C. de O. 2019.

A despeito dos riscos que o exercício de síntese apresenta, o esquema aponta a direção tomada pela compreensão de sociobiodiversidade por esta equipe de pesquisadores: uma análise integradora dos aspectos físicos, sociais, culturais, subjetivos que atravessam a vida e os territórios guardiões da sociobiodiversidade. Desta forma, este conceito traz implicações políticas e epistemológicas que vão desde o questionamento do modelo territorial hegemônico à construção de um conhecimento científico sensível aos dramas e mistérios da natureza humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação entre pesquisas e pesquisadores propiciada por meio do projeto interinstitucional “Desenvolvimento Territorial e Sociobiodiversidade: perspectivas para o Mundo do Cerrado” tem contribuído para a superação de alguns traços da modernidade, como a demasiada fragmentação e especialização do saber.

O estudo dos sujeitos e territórios do/no Cerrado parece não ser possível senão pela via da integração e diálogo dos saberes. Esta tem sido, portanto, o objetivo principal dos eventos itinerantes promovidos pelo projeto: os Circuitos da Sociobiodiversidade.

A composição da equipe, com pesquisadores da “Geografia Física” e da “Geografia Humana”, garante o propósito inicial do projeto: fortalecer uma análise geográfica do Cerrado. Ainda que saberes da sociologia, da antropologia, da economia, da psicanálise, da filosofia, do jornalismo povoem as interpretações conduzidas por tais pesquisadores, a especificidade da Geografia permanece ativa e norteadora do olhar que se presta ao Cerrado. E são os trabalhos de campo os principais mecanismos de aglutinação de impressões e hipóteses de pesquisa que tendem – e os resultados preliminares do projeto testemunham isso – a se complementarem. Isto prova que a produção do conhecimento científico é de fato coletiva.

O conceito de Sociobiodiversidade traduz-se em uma zona de convergência de noções, teorias e categorias vertidas, em diferentes situações, para uma finalidade comum: diminuir a distância entre a compreensão genérica do Cerrado e a diversidade de paisagens, modos de vida, sentidos, saberes e fazeres que multiplica e transfigura o Cerrado em inúmeras e inesgotáveis fontes de aprendizado e resistência.

REFERÊNCIAS

BARRETO FILHO, Henyo. Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C. et. all. (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

BECKER, Bertha. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 36, n. 2, 1974.

_____. Política regional e mobilidade da população na fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 41, n. 4, 1979.

_____. Agricultura e desenvolvimento no Brasil: a expansão da fronteira agrícola. **Regional Dialogue – United Nations Centre for Regional Development**, Nagoya, v. 1, n. 2, 1980.

_____. A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 13, 1984, p. 59-73.

_____. Espaço e desenvolvimento desigual: uma percepção da década de 1970. **Revista Brasileira de Geografia - IBGE**, Rio de Janeiro, ano 34, n. 4, 1972 (In: VIEIRA, Ima C. G. (org.). **As Amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre Geografia e sociedade na região amazônica – vol. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BERDOULAY, Vincent. A abordagem contextual. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ: RJ. n. 16, p. 47-56, jul-dez. 2003.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 07 maio 2009.

BRASIL. MMA, MDA, MDS. **Plano Nacional das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.** Brasília: MMA, 2009.

CASTILHO, Denis.; CHAVEIRO, Eguimar. Felício. Por uma análise territorial do Cerrado. In: CASTILHO, D.; PELÁ, M. C. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares.** Goiânia: Ed. Vieira, 2010.

CHAVEIRO, Eguimar. Felício. Desenvolvimento territorial e sociobiodiversidade: perspectivas para o mundo do Cerrado. In: OLIVEIRA, A. F.; CHAVEIRO, E. F.; BRANDÃO, C. A. (orgs.). **Seminário internacional Meio Ambiente, Dinâmicas Regionais e Planejamento Territorial na Amazônia e no Cerrado – Anais.** Porto Nacional – TO: UFT, 2017.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S. et. all. (orgs.). **Dicionário de Educação do Campo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

DIEGUES, A. C. (org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: NUPAUB / Brasília: MMA, 1999.

_____. Sociobiodiversidade. In: FERRARO JÚNIOR, L. A. (orgs.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília: MMA, 2005.

_____. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

LITTLE, Paul. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil. In: **Anuário Antropológico 2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

OLIVEIRA, Adão. Francisco de.; CHAVEIRO, Eguimar. Felício.; OLIVEIRA, Ubiratan. Francisco de. Transformação em Goiás: capitalismo, modernização e novas disposições socioespaciais. **Caminhos de Geografia** (UFU), v.10, p. 227-234, 2009.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ª ed. São Paulo: Edusp, coleção “Milton Santos – 8”, 2007.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, coleção “Milton Santos – 7”, 2008a.

_____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, coleção “Milton Santos – 2” 2008b.

_____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, coleção “Milton Santos – 1”, 2008c.

SOUZA, Jessé de. **A Elite do Atraso – Da Escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.